

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.566 - SP (2018/0323227-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : J. E. MEDEIROS CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO : FRANCO PAES PINTO ANTUNES - SP280444
AGRAVADO : SONIA FRANCO DEFAVARI
AGRAVADO : JOAO DEFAVARI
ADVOGADO : CRISTIANE TAVARES MOREIRA - SP254750

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Compra e venda e repetição de indébito — aplicação do código de defesa do consumidor — legitimidade da incorporadora para responder pela devolução de valores pagos a título de comissão de corretagem — entendimento desta E. Câmara, ratificado nos autos do REsp 1.551.951/SP — legalidade da cláusula que transfere o pagamento da comissão de corretagem — matérias pacificadas, na Superior Instância, nos autos do REsp 1.599.511/SP — inversão do ônus da sucumbência - Recurso provido.

Os embargos de declaração foram acolhidos sem efeitos modificativos, nos termos da seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 238/239):

Razão assiste à embargante, já que realmente constou a inversão do ônus da sucumbência, com fixação de honorários advocatícios em R\$ 3.500,00, porém, sem constar que esse valor foi fixado por equidade.

Porém, entende-se não comportar alteração a decisão embargada. Assim, acolhem-se os declaratórios para sanar a omissão do acórdão, devendo constar à pag. 216, penúltimo parágrafo:

"Como corolário, ao recurso é dado provimento para julgar-se improcedente o pedido, invertido o ônus da sucumbência, fixados os honorários advocatícios, por equidade, em R\$ 3.500,00."

Ante o exposto, acolhem-se os declaratórios para sanar erro material constante no acórdão, sem, contudo, modificar o julgado.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Defende a majoração dos honorários advocatícios arbitrados em favor da recorrente no percentual entre 10% e 20%.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 244/248).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

A Corte local, ao revisar a sentença e dar provimento à apelação, inverteu o ônus de sucumbência, fixando os honorários advocatícios por equidade (e-STJ, fl. 239):

Tendo em vista que a sentença foi proferida na vigência do CPC/2015 (e-STJ, fls. 183/184), o acórdão recorrido mostra-se em dissonância com a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o critério da equidade somente deverá ser utilizado nas situações expressamente autorizadas pelo *Códex* Processual, e dentro dos limites percentuais fixados pelo § 2º do art. 85 desse Diploma. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

2. Segundo dispõe o § 6º do art. 85 do CPC/2015, "[o]s limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º [do mesmo art. 85] aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

3. No caso concreto, ante o julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos em reconvenção, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, faz-se impositiva a majoração da verba honorária, estipulada em quantia inferior a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1.731.617/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 15/5/2018).

No voto condutor do precedente acima, consignou-se que, *"a par da impossibilidade de se aplicarem critérios de equidade nas hipóteses não expressamente previstas em lei (CPC/2015, art. 140, § ún.), o Código de Processo Civil vigente é expreso em dispor que os limites percentuais previstos em seu art. 85, § 2º, aplicam-se 'independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito' (§ 6º)".*

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR TEMPO SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL. Ocorrência. CONTRADITÓRIO PRÉVIO À SENTENÇA DE EXTINÇÃO EXISTÊNCIA. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO. TESE FIRMADA NO TEMA 1 DO IAC, PRECEDENTE DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA PELO ART. 85, § 8º, DO CPC/2015 EM CASO DE ELEVADO VALOR DA CAUSA E DE PROVEITO ECONÔMICO DE VALOR RELEVANTE IDENTIFICADO. NÃO Ocorrência. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
[...]

2. Os honorários advocatícios devem, ordinariamente, ser arbitrados com fundamento nos limites percentuais estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015 sobre o proveito econômico obtido, ou, na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

A equidade prevista pelo § 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, apenas quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 983.554/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 24/8/2018).

Dessa forma, assiste razão à recorrente.

Em face do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial e majorar os honorários advocatícios devidos pelo recorrido ao patrono da

recorrente, para o equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

